



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

DRT	Número	Ano	AIIM	Câmara
06	5011129-2	2023	5011129-2	SEXTA CÂMARA JULGADORA

Tipo de Impugnação:	RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido:	CAFE UTAM S/A
Responsáveis Solidários:	
Relator:	ITALO COSTA SIMONATO
Sustentação Oral Requerida:	SIM

VOTO INICIAL DO RELATOR - Juiz: ITALO COSTA SIMONATO

Ementa:

Falta de pagamento de ICMS por não haver escriturado regularmente documentos de sua emissão (item 1);
Falta de pagamento de ICMS por não efetuar a retenção do ICMS-ST (item 2). Recurso de ofício conhecido e não provido.

Relatório e Voto:

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto em face de decisão de primeiro grau proferida pela Unidade de Julgamento de Jundiaí.

Registre-se que a Recorrida foi autuada, com ciência eletrônica em 05/04/2023, conforme relato infracional:

I - INFRAÇÕES RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO

1. Deixou de pagar o ICMS no montante de R\$ 1.601.496,05 (um milhão e seiscentos e um mil e quatrocentos e noventa e seis reais e cinco centavos) , no período de Maio de 2019 a Dezembro de 2019, por não haver escriturado regularmente nas EFD's - "Escrituração Fiscal Digital - Registro dos Documentos de Saídas de Mercadorias e Prestações de Serviços", documentos de sua emissão, relacionados no demonstrativo "Anexo I" e relativos a operações tributadas a título de "Remessa para venda fora do estabelecimento", conforme se comprova se comprova pelas cópias dos documentos juntadas. As "Transcrições de Campos das Notas Fiscais Eletrônicas - DANFE" das referidas notas fiscais foram juntadas por amostragem conforme documentos em anexo.

INFRINGÊNCIA: Art. 58, Art. 215, § 3º, item 4, letra "C", Art. 87 do RICMS/00 (Dec. 45.490/00).

CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art. 85, inc. I, alínea "b", c/c §§ 1º, 9º e 10 da Lei 6.374/89.

Infração referente a: Operações Próprias

2. Deixou de pagar o ICMS devido no valor de R\$ 996.905,60 (novecentos e noventa e seis mil e novecentos e cinco reais e sessenta centavos), no período de Abril de 2018 a Dezembro de 2019, e montantes indicados no demonstrativo Anexo II", na qualidade de substituto tributário, por não ter efetuado a retenção do ICMS-ST, embora o estabelecimento, na condição de fabricante, seja responsável pela retenção e pagamento do imposto incidente nas saídas subsequentes, nos termos do inciso I do Artigo 313-W do RICMS/00. Trata-se de operações referentes às saídas de produtos alimentícios, sujeitos ao regime de Substituição Tributária. No referido demonstrativo, foi relacionado por operação o valor do ICMS-ST exigido neste AIIM, apurado com base nos preços sugeridos pelos fabricantes nos termos do Artigo 41 do RICMS/00 e Portaria CAT 37/2017. As "Transcrições de Campos das Notas Fiscais Eletrônicas - DANFE" das referidas notas fiscais foram juntadas por amostragem conforme documentos em anexo

INFRINGÊNCIA: Arts. 273, 275 e 284 do RICMS/00 (Dec. 45.490/00).

CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art. 85, inc. I, alínea "I", c/c §§ 1º, 9º e 10 da Lei 6.374/89.

Infração referente a: Substituição Tributária

O Auto de Infração foi acompanhado dos documentos instrutórios de fls. 08/13665.

Notificada da lavratura do AIIM, a Recorrente apresentou defesa (fls. 13671/13730) e juntou documentos (fls. 13731/26466).

Manifestação fiscal às fls. 26468/26476.

Distribuído à Unidade de Julgamento de Jundiaí, foi o feito convertido em diligência (fls. 26477/26486), com manifestação do Autor do Feito, fls. 32685/32686, acompanhada de documentos (fls. 26490/26476), seguida de petição do contribuinte (fls. 32689) e da Representação Fiscal (fls. 32694/32695)

Retornado o processo para julgamento, foi proferida decisão julgando o AIIM improcedente (fls. 32700/32711)

Da decisão, houve a interposição de Recurso de Ofício, com parecer da Representação Fiscal às fls.

32715/32717 e contrarrazões às fls. 32721/32724.

Distribuído a este Julgador, sem prevenção (fls. 32725).

É o relatório.

-

VOTO

Observados os requisitos de admissibilidade, conheço do Recurso de Ofício.

O Julgador “a quo”, em decisão fundamentada, julgou improcedente o AIIM para cancelar os itens I.1 e I.2, dispondo que “*devolvido o processo ao autuante, este se manifestou em concordância com a defendente no sentido da improcedência do feito (...) De fato, ao analisarmos a infração proposta e o conjunto probatório carreado aos autos, constatamos haver precariedade na autuação fiscal, na medida em que é impossível concluir, pelos documentos juntados, que tenha havido as infrações à legislação tributária propostas no AIIM exordial. Tal fato é, inclusive, evidenciado pelo despacho da Representação Fiscal (fls. 32.694/32.695), em que cita dispositivos da legislação supostamente infringidos pela impugnante, dispositivos estes que sequer constam do relato fiscal elaborado pelo Fisco como infringidos pelo estabelecimento. Desde o primeiro momento em que o processo veio a julgamento na primeira instância do contencioso administrativo, constatou-se que estava maculado por erros, incorreções ou insuficiências nas provas juntadas aos autos, vícios estes que não foram corrigidos na primeira solicitação de diligência ou nos subsequentes retornos à autoridade autuante. Com efeito, o próprio agente autuante concluiu pela concordância com o estabelecimento defendente, propugnando pela improcedência do AIIM. Ainda que a Representação tenha, genericamente, afirmado que não houve o cumprimento de determinado requisito pelo estabelecimento autuante, este suposto descumprimento não se subsume às hipóteses trazidas no Relato da Infração e tal alegação igualmente carece de provas nos autos. Desta forma, em concordância com o autor do feito e com o estabelecimento defendente, deve o Auto de Infração ser julgado integralmente improcedente*” (fls. 32710).

No ponto, sem delongas, há de se manter a decisão “a quo” por seus próprios fundamentos, inexistindo controvérsia a ser dirimida.

O Autor do Feito, em cumprimento de diligência, entendendo pela insubsistência do próprio trabalho fiscal,

explicitou que “*partindo do princípio de que não se deve insistir na causa perdida, e, com base nos argumentos e documentos apresentados pela autuada, entendemos s.m.j., que no presente caso o fisco laborou em equívoco, devendo ser acolhidos os argumentos apresentados pela autuada e consequente decretação da improcedência do presente feito fiscal*” (fls. 32.686).

A i. Representação Fiscal, em parecer de Recurso de Ofício, admitiu que “*a decisão não merece ser reformada, tendo em vista que após considerar as alegações da defesa, as provas dos autos, elaborar novos demonstrativos, oportunizar à autuada novas explicações, o autor do feito entendeu ter se equivocado, propugnando pela decretação de improcedência das acusações*” (fls. 32.717), pleiteando o NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, para manutenção da decisão recorrida.

Assim, **correta a decisão “a quo”**, vez que, se não sustentado o trabalho fiscal por aquele que detém tal prerrogativa, não há o que se deliberar sobre a prestabilidade do lançamento de ofício.

Diante o todo exposto, opino pelo conhecimento e desprovemento do Recurso de Ofício.

Em conclusão, **CONHEÇO DO RECURSO DE OFÍCIO E NEGO-LHE PROVIMENTO**.

É como voto.

Sala das Sessões, data certificada eletronicamente.

ITALO COSTA SIMONATO

Juiz Relator



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

DRT	Número	Ano	AIIM	Câmara
06	5011129-2	2023	5011129-2	SEXTA CÂMARA JULGADORA

Tipo de Impugnação:	RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido:	CAFE UTAM S/A
Responsáveis Solidários:	
Relator:	ITALO COSTA SIMONATO
Sustentação Oral Requerida:	SIM

Despacho:

Compareceu, em favor do contribuinte, o Dr. André Ramalho Bieras, OAB/SP 63370

Sala das Sessões da SEXTA CÂMARA JULGADORA, 18 de dezembro de 2025

ITALO COSTA SIMONATO

Presidente da SEXTA CÂMARA JULGADORA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

DRT	Número	Ano	AIIM	Câmara
06	5011129-2	2023	5011129-2	SEXTA CÂMARA JULGADORA

Tipo de Impugnação:	RECURSO DE OFÍCIO
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido:	CAFE UTAM S/A
Responsáveis Solidários:	
Relator:	ITALO COSTA SIMONATO
Sustentação Oral Requerida:	SIM

DECISÃO DA CÂMARA

RECURSO DE OFÍCIO: CONHECIDO INTEGRALMENTE. NÃO PROVIDO.

VOTO DO JUIZ RELATOR: ITALO COSTA SIMONATO (Presidente)

RECURSO DE OFÍCIO: Conhecido Integralmente. Não Provido.

JUÍZES QUE ACOMPANHARAM O VOTO DO RELATOR:

SAMUEL LUIZ MANZOTTI RIEMMA

VINICIUS SILVA MATSUMOTO

RAPHAEL ZULLI NETO

São Paulo, 18 de dezembro de 2025
Tribunal de Impostos e Taxas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS



AUTUADO

CAFE UTAM S/A

IE 582037325111	CNPJ 56012420000142	LOCALIDADE RIBEIRAO PRETO - SP	AIIM 5011129-2
---------------------------	-------------------------------	--	--------------------------

JULGAMENTO NA CÂMARA DO TIT COM CERTIFICADO DIGITAL

Julgamento realizado na Câmara do Tribunal de Impostos e Taxas por meio do ePAT – Processo Administrativo Tributário Eletrônico, com a utilização do certificado digital dos juízes presentes na sessão de julgamento.

São Paulo, 18 de dezembro de 2025
Tribunal de Impostos e Taxas